

UFMS

DOUTORA
HONORIS CAUSA

Marilena Dias Barreto dos Reis

UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitoria
Marcelo Augusto Santos Turine
Vice-Reitoria
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo
Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
Augusto Cesar Portella Malheiros
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Albert Schiaveto de Souza
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
Marcelo Fernandes Pereira
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Gislene Walter da Silva
Pró-Reitoria de Graduação
Cristiano Costa Argemon Vieira
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Maria Ligia Rodrigues Macedo
Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Dulce Maria Tristão
Agência de Comunicação Social e Científica
Rose Mara Pinheiro
Agência de Educação Digital e a Distância
Hercules da Costa Sandim
Agência de Internacionalização e de Inovação
Saulo Gomes Moreira
Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação
Luciano Gonda

UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

Escola de Administração e Negócios
José Carlos de Jesus Lopes
Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
Gustavo Rodrigues Penha
Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição
Fabiane La Flor Ziegler Sanches
Faculdade de Ciências Humanas
Vivina Dias Sol Queiroz
Faculdade de Computação
Henrique Mongelli
Faculdade de Direito
Fernando Lopes Nogueira
Faculdade de Educação
Milene Bartolomei Silva
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Robert Schiaveto de Souza
Faculdade de Medicina
Marcelo Luiz Brandão Vilela
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Fabrício de Oliveira Frazilio
Faculdade de Odontologia
Fabio Nakao Arashiro
Instituto de Biociências
Ramon José Correa Luciano de Mello
Instituto de Física
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Instituto Integrado de Saúde
Marcos Antonio Ferreira Júnior
Instituto de Matemática
Bruno Dias Amaro
Instituto de Química
Carlos Eduardo Domingues Nazário
Câmpus de Aquidauana
Ana Graziele Lourenço Toledo
Câmpus de Chapadão do Sul
Kleber Augusto Gastaldi
Câmpus de Coxim
Silvana Aparecida da Silva Zanchett
Câmpus de Naviraí
Marco Antônio Costa da Silva
Câmpus de Nova Andradina
Solange Fachin
Câmpus de Paranaíba
Wesley Ricardo de Souza Freitas
Câmpus de Ponta Porã
Leonardo Souza Silva
Câmpus do Pantanal
Aguinaldo Silva
Câmpus de Três Lagoas
Osmar Jesus Macedo

UNIDADE SUPLEMENTAR

Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (Humap/Ebserh)
Cláudio César da Silva

Marilena Dias Barreto dos Reis

Doutora Honoris Causa

Membros do Conselho Universitário

Presidente do Conselho
Marcelo Augusto Santos Turine
Vice-Reitora
Camila Celeste B. Ferreira Ítavo

Pró-Reitores
Albert Schiaveto de Souza
Augusto César Portella Malheiros
Cristiano Costa Argemon Vieira
Dulce Maria Tristão
Gislene Walter da Silva
Marcelo Fernandes Pereira
Maria Ligia Rodrigues Macedo

Diretores das Agências
Hércules da Costa Sandin
Luciano Gonda
Rose Mara Pinheiro
Saulo Gomes Moreira

Diretores de Unidade da Administração Setorial
Aguinaldo Silva
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Ana Graziele Lourenço Toledo
Bruno Dias Amaro
Carlos Eduardo Domingues Nazario
Fabiane La Flor Ziegler Sanches
Fabio Nakao Arashiro
Fabrício de Oliveira Frazilio
Fernando Lopes Nogueira
Gustavo Rodrigues Penha
Henrique Mongelli
José Carlos de Jesus Lopes
Kleber Augusto Gastaldi
Leonardo Souza Silva
Marcelo Luiz Brandão Vilela
Marco Antonio Costa da Silva
Marcos Antonio Ferreira Junior
Milene Bartolomei Silva
Osmar Jesus Macedo
Ramon Jose Correa Luciano de Mello
Robert Schiaveto de Souza
Silvana Aparecida da Silva Zanchett
Solange Fachin
Vivina Dias Sol Queiroz
Wesley Ricardo de Souza Freitas

Representantes Docentes - UAS
Alessandra Gutierrez de Oliveira
Aurélio Tomaz da Silva Briltes
Carlos Rodrigues da Silva
Danilo Mathias Zanello Guerisoli
Dilza Porto Gonçalves
Eleana Patta Flain
Elen Viviani Pereira Spreafico
Evandro Mazina Martins
Gerson Luiz Martins
Janaína Guernica Silva
Larissa da Silva Barcelos
Lauro Maycon Fernandes Ferreira
Leandro Nunes dos Santos
Lincoln Carlos Silva de Oliveira
Lourival dos Santos
Luciana Miyagusku
Maria Luiza Nunes Costa
Marina de Nadai Bonin Gomes
Nahri Balesdent Moreano
Naiara Gajo Silva
Nathan Aratani
Paulo Cesar Schotten
Rondon Tosta Ramalho
Samuel Leite De Oliveira

Representantes Técnico-Administrativos - UAS
Denilson Almeida dos Santos
Giovana Katia Viana Nucci

Representantes de Associações
Alexandre Meira de Vasconcelos
Carlos Simões Gonçalves
Lucivaldo Alves dos Santos
Waldson Luciano Corrêa Diniz

Representante Governo Federal - MEC
Claudio Cesar da Silva

Representantes Discentes - DCE
Luis Antônio da Silva Junior
Matheus Henrique Fabricio Santos

Representantes da Comunidade Externa
Alfredo Zamlutti Junior
André Luiz Nunes
João Augusto Albuquerque Soares

Apresentação

OUTORGAR O TÍTULO **HONORIS CAUSA** constitui a máxima distinção concedida pela Universidade a personalidades que se tenham distinguido pelo saber e pela atuação em prol das artes, das ciências, da filosofia, das letras e do melhor entendimento entre os povos, e que serviram de exemplo para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Esta publicação tem o objetivo de registrar a entrega do título de Doutora **Honoris Causa** a MARILENA DIAS BARRETO DOS REIS, por sua contribuição à Educação indígena regional e nacional no Estado de Mato Grosso do Sul.

Na UFMS, o título é outorgado mediante proposta de um ou mais membros do Conselho Universitário. A proposta deste título foi aprovada por unanimidade, conforme Resolução nº 208, de 1º de setembro de 2022, por proposição da Conselheira Ana Graziele Lourenço Toledo, Diretora do Câmpus de Aquidauana.

Campo Grande, 5 de dezembro de 2022.

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO Nº 208-COUN/UFMS, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 2º do Regimento Geral da UFMS, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 109, Coun, de 4 de agosto de 2021, e considerando o contido no Processo nº 23450.001004/2022-26, resolve:

Conceder o título de Doutora **Honoris Causa** a MARILENA DIAS BARRETO DOS REIS, por sua contribuição à Educação indígena regional e nacional no Estado de Mato Grosso do Sul.

MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE,
Presidente.

Discurso do Reitor



É motivo de grande alegria para a Comunidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS participar desta sessão solene da Assembleia Universitária de outorga do título de Doutora **Honoris Causa** à Profª. Marilena Dias Barreto dos Reis, por sua dedicação à Educação no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Esta homenagem demonstra o valor e a grandeza de sua vida profissional, preenchendo todos os requisitos que se possam alinhar para incluir-se à galeria dos Doutores **Honoris Causa** da UFMS, pela sua trajetória no desenvolvimento e na consolidação da educação indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, inspirando e promovendo novas iniciativas, tais como, novos cursos superiores de Licenciaturas Interculturais e na implantação do Curso de Magistério Indígena. Destacam-se, também, as contribuições de nossa homenageada presidindo o Instituto Projeto Rondon em Mato Grosso do Sul, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, originada do Projeto Rondon e que objetiva oportunizar a jovens universitários o conhecimento da realidade multicultural e multirracial do país, contribuindo com o desenvolvimento regional. Acrescentamos a isso, seu papel fundamental como membro da Comissão para Elaboração do Projeto de Regularização das Escolas Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para UFMS, é uma grande honra homenageá-la no ano em que completamos 43 anos de federalização. Trabalhamos para que a educação, a ciência e a inovação estejam ao alcance da sociedade, visando uma transformação

libertadora do indivíduo, para que tenhamos melhores condições de vida. Trabalhamos para que a UFMS se abra com responsabilidade, cada vez mais, para a sociedade e, de maneira especial, aos estudantes. Devemos criar e promover um ambiente motivador, inovador, empreendedor e com sustentabilidade, formando profissionais cidadãos prontos para auxiliar na resolução dos desafios de nossa sociedade.

O egrégio Conselho Universitário aprovou a sábia iniciativa da outorga deste título de Doutora **Honoris Causa** à Profª. Marilena Dias Barreto dos Reis. Esta é uma acertada proposição que prestigia não apenas a pessoa merecedora dessa honraria, mas também nossa instituição, que a confere. A concessão desse título, mais do que reconhecimento de todo o mérito, constitui-se, também, na valorização dos grandes educadores do nosso país.

Assim, a UFMS está em festa, por torná-la parte da Galeria de Doutores Honoris Causa desta nobre instituição. O seu currículo fala por si e sua contribuição para o desenvolvimento social, econômico e educacional de Mato Grosso do Sul é inegável.

Que seu trabalho sirva de inspiração para todos aqueles que trabalham na construção de um futuro melhor. Distingui-lo com este título é distinguir o papel que a Senhora desempenha nesta nobre missão.

Profª. Marilena, a partir desta solenidade, a Senhora passa a integrar o quadro admirável dos nossos insignes doutores, prestigiando, desse modo, a nossa Universidade, o nosso Estado e o nosso Brasil.

Parabéns, seja bem-vinda à nossa Universidade.

Que Deus sempre nos oriente e proteja.

Abraços.

Marcelo Augusto Santos Turine

Reitor da UFMS

Discurso da Proponente



É com imensa alegria que estou aqui, hoje, para celebrar a vida e a obra da Profa. Marilena Dias Barreto dos Reis, tendo como testemunha nossa Assembleia Universitária, toda comunidade acadêmica da UFMS e comunidade externa que está presente no auditório Glauce Rocha, e que nos assiste pela TV UFMS. Gostaria de destacar a presença da comunidade indígena que também está presente, das lideranças indígenas de Aquidauana e Região: a presença de vocês aqui é mais um sinal de nossa amizade, admiração e respeito por aqueles que originalmente habitam nosso grande Brasil.

O Câmpus de Aquidauana possui, em sua maior parte, cursos de licenciatura. Formar professores é uma missão nobre e é responsável por perpetuar a educação em nosso país. Temos muito orgulho deste papel. Igualmente temos muito orgulho de possuirmos em nosso Corpo Discente, mais de trinta por cento de estudantes indígenas, entre cursos de graduação e de pós-graduação. Essa representatividade também é espelhada em nosso corpo docente, que conta com dois professores indígenas, atualmente.

Essa característica reflete o processo de interiorização da universidade pública, que fora dos grandes centros, tenta levar para municípios e comunidades mais afastadas, o conhecimento, a ciência e a tecnologia e, através deles, descortina oportunidades, crescimento e desenvolvimento. Em Aquidauana e região, não haveria como cumprir esta nossa função social, sem estarmos conectados com a comunidade indígena. Nesse sentido, em 2019, iniciou-se o Curso de Licen-

ciatura Intercultural Indígena, formando professores e líderes comunitários, pessoas que atuam para melhorar a qualidade de vida de outras pessoas e promover espaços de fala para este público que é tão importante para nós.

Contudo, a história da educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul começa bem antes, e hoje temos o privilégio, em vida, de homenagear uma das pioneiras neste processo, que é a Professora Marilena Dias Barreto Reis.

Nós a conhecemos quando ela, acompanhada do filho, procurou o Câmpus de Aquidauana para falar de um acervo de materiais que gostaria de doar para a Universidade. Lembro-me dela abrindo algumas pastas que continham fotos, relatos e outros itens que compõem uma riqueza documental e retratam o percurso da educação indígena no nosso Estado. Mas o acervo é a parte tangível desta história, que ao conversar com a Professora, ficamos boquiabertos de ouvir.

Impressiona a capacidade que ela tem de relatar com detalhes os fatos, lembrar os nomes das pessoas, datas e acontecimentos. Emociona sentir a paixão com a qual ela nos apresenta essas lembranças, e o quanto o desejo por mudança está em seu coração.

A Professora Marilena iniciou sua formação como Pedagoga, em 1972, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Aquino, da Ordem dos Salesianos. Depois, especializou-se em Metodologia do Ensino, pela Faculdade de Educação de Fátima do Sul (1987); Metodologia do Ensino Superior pela Associação de Ensino e Cultura de Urubupungá (1988); Educação Popular e Especialização em Educação Escolar Indígena, pela Universidade Federal de Paraíba (1989).

Servidora do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, desde 1974, a Profª. Marilena assumiu a Chefia do Núcleo de Educação Escolar Indígena – SED/MS – entre 12 de dezembro de 1996 a 31 de dezembro de 1998, e tornou-se responsável pela implantação, assessoramento e consultoria do Curso de Magistério para o Contexto Indígena, de 1994 a 1999.

Essa iniciativa foi precursora de outras, inclusive do nosso Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, o qual é um direito constitucional previsto no art. 210, § 2º, da nossa Carta Magna: "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem". Ela também participou de forma ativa da Comissão para Elaboração do Projeto de Regularização das Escolas Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1994, e levou as iniciativas estaduais para além das

fronteiras sul-mato-grossenses, participando em eventos como o Encontro de Cultura e Educação Indígena da Unicamp, em 1997, e do Encontro de Coordenadores de Projeto na Área de Educação Indígena, em 1997.

Formar professores é garantir aos Povos Indígenas do Pantanal a preservação de sua cultura expressa em valores, crenças, rituais, comportamentos. Ao mesmo tempo, garante a inserção na sociedade não-indígena e dá condições para que conheçam e lutem por seus direitos e pela preservação ambiental. Esta foi uma das sementes que a Professora Marilena plantou.

Ela também atuou em outros espaços de preservação da cultura indígena. Foi uma das promotoras da OCA - Centro Social de Cultura Nativa de Campo Grande, através de seu trabalho junto à Fundação Nacional do Índio – Funai. Buscou promover o esporte junto das comunidades, atuando na coordenação do I Jogos Abertos Indígenas/MS, em 1995, prestigiados até pelo rei do futebol, o nosso Pelé. A Professora Marilena ainda buscou desenvolver discussões envolvendo a saúde indígena, participando de encontros para Implantação de Prevenção às DST/Aids Indígenas, em 1998. E toda esta atuação, causou uma busca pela experiência e conhecimento da nossa homenageada, que assessorou o Conselho Estadual dos direitos do Índio e a União das Nações Indígenas, de 1994 a 1999.

Esses dados estão registrados no currículo da professora e nas instituições por onde ela passou. São importantes. Mas há três situações que eu gostaria de pontuar, e que fogem ao registro formal: a primeira delas é que no Câmpus de Aquidauana consultamos a comunidade indígena para todas as decisões que tomamos e que a envolve. Lembro-me da receptividade que o Prof. Paulo Baltazar e a Profa. Onilda tiveram ao receber a indicação; o Prof. Paulo disse: "Ela é muito importante para nós, professora. Foi pioneira. Justa homenagem!"; depois, quando colhemos os depoimentos de pessoas que passaram pelas mãos da Professora Marilena, duas indígenas, professoras, e que relatam como ela foi exemplo, foi carinho, foi dedicação, foi amor, foi coração em toda sua história junto destes povos tradicionais; por fim, não me sai da cabeça uma foto em que a Profª. Marilena aparece atravessando o que restava de uma ponte para chegar até à aldeia. Eram pedaços de madeira suspensos; um passo em falso e cairiam no rio. Quando ela me mostrou esta foto disse "ninguém queria passar ali, porque não tinha ponte. Então eu fui e passei, porque eu precisava chegar até eles".

Sim, Professora. A Senhora foi e passou. Veio e está aqui conosco hoje. Vários que estão aqui neste teatro passaram por suas mãos, outros são filhos ou

netos daqueles que foram seus alunos. Vieram aqui para lhe dizer "obrigado" pela dedicação que a Senhora colocou em tudo que fez, reconhecer que as sementes que a Senhora plantou floresceram.

Ainda há muito o que ser feito. Segundo o Ministério da Educação, atualmente são ofertados 20 cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, no Brasil, exclusivamente por universidades públicas. Mas, além da formação de professores, é necessário produzir material didático em línguas indígenas, apoiar os sistemas de ensino para ampliar a oferta da educação escolar indígena e ampliar o número de escolas indígenas, particularmente nas aldeias não urbanas. A inserção dos estudantes indígenas em outros cursos de graduação também é fundamental, pois promove ações de desenvolvimento nas aldeias, através do empreendedorismo indígena e da bioeconomia.

A Professora Marilena nos mostrou um projeto que elaborou para um Curso de Formação de Enfermeiros Indígenas. Conversando com a comunidade, percebemos que as principais demandas são educação e saúde. Então, enquanto Universidade, buscamos de forma incessante melhorar nossos processos, aumentar nossos números de vagas e propor novos cursos que possam contribuir com a comunidade indígena. A Editora UFMS possui diversas publicações, fruto de pesquisa dos nossos professores, das quais o impacto ocorre de forma direta na alfabetização das crianças aldeadas. Mas ainda há muito o que ser feito.

Algo que a Professora Marilena nos disse em uma das nossas primeiras reuniões me chamou a atenção, pois está alinhado àquilo que penso sobre educação, ciência e tecnologia. Ela me disse que adorava ir às aldeias, conversar e ouvir os indígenas, pois isso a ajudava a compreender as necessidades e aproximar a proposta formativa delas. Solução boa é aquela que resolve o problema. E só conhecemos o problema quando ouvimos aqueles que sofrem com ele e não entregamos pacotes prontos.

Como a Senhora, aqui na UFMS nós fazemos isso, Professora Marilena. Com recursos tecnológicos diferentes daquele tempo em que a Senhora batia as estradas de terra a pé e com recursos próprios. E fazemos isso porque temos o mesmo sonho que a Senhora: levar aos nossos estudantes a única ferramenta capaz de mudar suas vidas, o conhecimento.

Recentemente, uma estudante indígena do Câmpus de Aquidauana, me relatou a preocupação que tinha com a perda da língua materna pelos mais jovens. A língua é uma das principais expressões de cultura de um povo. Na

medida em que o indígena não é falante, parte de sua identidade se vai. E isso não pode acontecer. Então, projetos como aqueles de turismo de base comunitária nas aldeias auxiliam na fixação das pessoas no seu local, geram renda e fortalecem a cultura. E vejam só: a nossa Professora Marilena também escreveu um projeto sobre esta iniciativa, envolvendo as aldeias de Aquidauana e Região. Soube disso quando contei a ela que estávamos buscando dar estes passos e ela me mostrou o que havia escrito nos idos dos anos 2000.

Bem, é nítida a conexão entre os trabalhos outrora desenvolvidos pela Professora Marilena e o que hoje realizamos na nossa UFMS. São tempos distintos, desafios distintos, mas a mesma vontade de fazer a diferença e contribuir para a construção de um país mais justo, econômico, social e ambientalmente. E não se faz isso sem olhar para o nosso povo, a nossa comunidade.

Então, Professora Marilena, tenha na UFMS e particularmente no Câmpus de Aquidauana mais uma casa. Obrigada por todas as estradas que a Senhora nos abriu, e esteja sempre junto de nós, com seus conselhos, sua experiência e seu conhecimento.

Obrigada. A Senhora nos inspira. *Ainapo yákoe.*

E à nossa comunidade indígena: estamos juntos, continuem contando conosco. *Vaneye, Xane kixopi ûti*.

Ana Graziele Lourenço Toledo

Diretora do Câmpus de Aquidauana

Discurso da Homenageada



Minha fala de história e agradecimento.

Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Prof. Dr. Marcelo Augusto Santos Turine, ao cumprimentá-lo e agradecer pela Honraria que a mim foi concedida vossa aprovação, cumprimento os demais agraciados com o título de Doutor **Honoris Causa** e aos componentes da mesa. Estendo o meu cumprimento e agradecimento à Profª Dra Ana Grazieli Lourenço Toledo, pelo empenho em indicar meu nome para tão grande honraria, aos Pares do Conselho Universitário da UFMS, que por decisão unânime honraram-me com a outorga do Título de Doutora **Honoris Causa**.

Quero agradecer a Deus e a Nossa Mãe Santíssima, o privilégio de mesmo sem condições de apoio logístico, financeiro e de recursos humanos garantidos dar início ao Curso de Magistério Intercultural e Bilíngue para Indígenas em duas Turmas de cem professores indígenas, sendo dois Xavantes que vieram de Mato Grosso.

Os convênios assinados com a Fundação Nacional do Índio-Funai, Administração Regional de Campo Grande, Secretaria de Estado de Educação-MS, e Universidade Dom Bosco, ao serem analisados hoje, nos indica que não estavam previstas as reais necessidades que iriam advir na continuidade do Curso, e que constasse a possibilidade de Termo Aditivo, como não bastasse à falta de trato financeiro administrativo da Diretoria da Associação de Educação Católica-AEC/MS, antes de Habilitar a 1ª turma de Professores Indígenas a Universidade cancelou o convênio e a SED/MS a cada ano, ten-

tava retirar os professores cedidos, o que ocorreu em meados de 1998 e 1999. A cada impasse e obstáculos dizíamos: "Deus Proverá".

Reconheço a nossa imprudência ao iniciarmos o Curso de Magistério Indígena com o que tínhamos, embora também reconheça que o que tínhamos era muito mais sólido do que qualquer respaldo estruturalmente planejado. Tínhamos a determinação de oferecer aos alunos indígenas o que de melhor possuíamos, que era a empatia, a vontade de servir e de cumprir um compromisso que firmamos com as lideranças indígenas, que por esses mais de 500 anos de convívio com o não índio, a séculos conviveu com acordos e promessas não cumpridas.

Iniciamos o Curso de Magistério por solicitação e insistência do Sr. Domingos Verissimo Marcos, que após nos conhecermos, trouxe na reunião seguida o Sr. Eduardo Pereira Barbosa, Presidente do Conselho do Índio-Cedin. Com a assinatura do Convênio com a Funai veio nos assessorar em todos os momentos, o Sr. Osmar Vicente de Souza Coelho. Com a chegada do Sr. Osmar, e plagiando a versão do romance de Alexandre Dumas, nos tornamos "Os Três Mosqueteiros Tupiniquins", e iniciamos uma luta desigual onde lutávamos para desvencilhar obstáculos burocráticos que afirmavam estar baseados em leis e na verdade, colocados com a intenção de nos impedir de avançar com o Projeto, com o poder econômico e institucional de entidades educacionais, de Instituições de Ensino Superior, de vaidade pessoal de pessoas e de grupos que se arvoravam possuir um conhecimento profundo e de domínio da cultura e saber das etnias indígenas do Estado/MS, e que eu representante da AEC/MS, não tinha o domínio do saber necessário para arcar com o projeto de tal envergadura.

O que não sabiam é que eu não estava sozinha na AEC/MS. Na ocasião, em 1993, era Vice-Presidente da AEC, o Prof. Benjamim Padova. Era um homem culto, de profunda formação religiosa, e a cada empecilho dizia: "deixa comigo" e resolvia a dificuldade. Enquanto esteve conosco era o nosso suporte. Tinha bom relacionamento na sociedade e era respeitado pela sua seriedade no trato do que era de sua responsabilidade. Era professor universitário, e ao deixar a docência, não pode permanecer na AEC/MS. Ficamos órfãos por pouco tempo. Na vacância do cargo, assumiu o Irmão Marista Verno José Gustavo Weiss, que ficou conosco até fins de 1998, e ministrou aula de português para a 1ª e 2ª turmas.

Fico ressentida de não nomear todos que os que participaram cedidos ou voluntários da habilitação do Magistério Indígena. Sendo um número expressivo de educadores, para cada um eu teria que elencar o empenho, o respeito e o pro-

fissionalismo que dedicaram no transcorrer do Curso, mesmo sob ameaça de perderem vantagens da carreira com comprometimento para a aposentadoria.

Resta-me o dever de honra e respeito a estes, de empenhar os meus sinceros agradecimentos. Sem o Corpo Docente, que por Providência Divina nos foi indicado, o Curso não teria alcançado os objetivos propostos. Para iniciar o Curso de Magistério Indígena precisávamos conhecer as aldeias, lideranças e quem seriam os alunos. Não havia o transporte em que pudéssemos fazer uma programação fixa de visita às aldeias. Sabíamos que tínhamos que ir, o como, era outra preocupação a ser superada. Um grupo de professoras em carro próprio de uma das colegas foram para a Aldeia Buriti, no Município de Sidrolândia/MS, para conhecer a Aldeia, o Cacique, lideranças e alunos, que lhes desse alguma pista de como recebê-los para o início do Curso. Uma das preocupações era com a alimentação, e o Sr. Osmar nosso fiel escudeiro, participando de uma das primeiras reuniões com os professores do Curso, tranquilizou a todos dizendo que os alunos indígenas eram iguais os alunos não índios com a diferença que as oportunidades da educação formal para eles eram escassas e com a oportunidade oferecida, ele sabia que os alunos iam participar com muita responsabilidade e interesse em aprender.

No corpo docente formado era grande a expectativa para início do Curso, e o que não tínhamos previsto é que viriam alunas grávidas ou com filho, e passado o nosso susto, nas várias outras etapas chegava à aluna com o filho (bebê recém-nascido), ou de poucos meses, e a babá para cuidá-los. As primeiras aulas foram motivacionais e de incentivo. Era ressaltado que a inteligência pertence a todas as etnias e raças, e que não há raça superior. O que falta para muitos são as oportunidades e que estava sendo oferecida a eles, devia motivá-los a aprendizagem e seguir logo para a graduação na área da docência. Que era importante sentirem-se orgulhosos de suas etnias e manter viva a língua materna.

Providencialmente, nos foi colocado um corpo docente que deu o suporte didático necessário para o sucesso da aprendizagem dos alunos e onde nunca percebíamos má vontade ou desmotivação para estar na docência, mesmo com toda a preocupação profissional da carreira em que, constantemente, eram ameaçados pela SED/MS que não retornando para suas escolas de origem iriam perder vantagens adquiridas e indispensáveis para a aposentadoria. Vivíamos sobressaltados com tais ameaças, até que, fins de 1998 e 1999, a SED/MS retirou os professores cedidos e uma Etapa do Curso ficou comprometida. O fato não intimidou os Professores que já tinham um laço de afetividade e empatia com os alunos e após o impasse organizaram-se e já em suas escolas de origem, no contra turno, atendiam a Escola

Padre Félix Zavataro mantida pela AEC/MS. Eram professores especiais e comprometidos com o Curso de Magistério Indígena. Sem esses, o Curso não teria o sucesso que alcançou. Para ser justa, eu deveria nomear todos do Corpo Docente, Administrativo e de Coordenadores, que cada qual, com seu carisma de educador, conquistou o carinho e respeito dos alunos e havia uma reciprocidade saudável no convívio de alunos e professores (as). Foram muitos Assessores e palestrantes que nos apoiaram e em quase totalidade o faziam de forma voluntária.

O Curso de Magistério Indígena nos proporcionou conhecer, mesmo que fragmentado, cultura e a arte da etnia Terena. Das etnias Kadiwéu, Guató sendo só um indígena e dois Xavantes, não houve apresentação cultural específica e eles participavam das apresentações da etnia Terena. Na Noite Cultural, que acontecia em cada final de Etapa, havia encenações de como era no passado o pedido de namoro de um jovem aos pais da moça e como era o ritual de casamento. O ritual para o plantio, para a colheita, o embate entre dois pajés para medir a força espiritual de cada um, danças e encenações das mais diversas. No decorrer do Curso, produziram uma quantidade de material didático na língua terena e português, e que tínhamos a esperança que a SED/MS ou Funai-BR reproduzisse, o conteúdo de um minidicionário terena/português, Kadiwéu/português e de Plantas Medicinais, o que infelizmente não ocorreu.

Hoje, passadas mais de duas décadas, revendo a nossa utopia homérica, com a fé abraâmica de homens e mulheres que conosco alimentavam a certeza de que "Deus Proverá", oferecemos a nossa contribuição para avanço da educação formal para as etnias indígenas do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Nos ressentimos pela nossa covardia de não termos enfrentado as hostes que nos impediram de levar o Magistério para a Região do Sul do Estado/MS, nos intimidando com a afirmação que não tínhamos estrutura para atender a etnia Guarani Kaiowá, e que na Região havia um trabalho de mais de vinte anos em andamento. O que causava estranheza era que não havia, em quase total maioria, professores indígenas habilitados e os que atendiam as escolas das aldeias, que eram extensões de escolas para o não índio, 98% desses professores não tinham concluído o ensino primário. O mais interessante é que mesmo depois de vinte anos de atuação entre os Guarani Kaiowá, os órgãos e instituições que os atendiam não teve tempo suficiente para investir na preparação dos professores.

A educação formal nas aldeias era de competência da Funai-BR, até o ano de 1991, ano este em que a competência foi atribuída para o MEC, e questionamos qual havia sido a administração deste Órgão para atender as necessidades educacionais das etnias. No Estado, quando iniciamos nossas atividades,

havia escolas que ainda pertenciam à administração da Funai e, assim sendo, era de competência Federal, e as outras, em sua maioria, também mal atendidas pelos municípios. Pelo que constatamos, a Funai-BR não se empenhou em oferecer a educação formal de qualidade para as etnias indígenas, e mesmo com várias solicitações, não nos apoiou na implantação e conclusão do Magistério Indígena oferecido pela AEC/MS. Registramos que tudo era precário nas escolas, e os fatos temos todos registrados em nosso acervo, através de atas, relatórios e fotos.

Concluo frustrada por não poder relatar com mais detalhes a nossa epopeia ao oferecer o Curso de Magistério para os Professores Indígenas. Foi uma experiência gratificante e uma forma que eu encontrei para retribuir em serviço, os vários litros de sangue indígena que recebi em Dourados, ao ser diagnosticada com leucemia, em meados da década de 1970. Há registro de que algumas etnias de índios das Américas, quando faziam pacto de amizade, faziam através de pacto de sangue, onde para tornarem-se irmãos, faziam um corte no pulso e sobrepunha um ao outro para que o sangue se misturasse e ambos se tornassem irmãos. Pela quantidade de sangue indígena que recebi nas transfusões, me tornei mãe e irmã de muitos indígenas.

Mais uma vez agradeço a todos que tornaram possível a realização do Curso de Magistério Indígena.

Muito Obrigada.

Marilena Dias Barreto dos Reis

Memorial



A fase da minha vida que me coloca no caminho da área educacional inicia-se na década de 1970, quando, juntamente com meu marido e dois filhos menores, viemos do interior do estado de São Paulo, em um jipe Toyota e um caminhão com nossa mudança, para o estado de Mato Grosso, para começarmos uma nova vida. Ambos oriundos do campo, fomos morar no Município de Dourados, em uma pequena chácara ao lado da Missão Indígena Caiuá. Não tínhamos nada a não ser a chácara, o jipe e a mudança. Não conhecíamos ninguém e o começo era do zero. Passados alguns meses foi preciso vender o jipe porque a chácara não tinha produção. Quem comprou o jipe, como parte do pagamento, trouxe uma carrocinha e com ela foi iniciada a venda de laranja na rua.

Laranja era só o que tinha na chácara. Após uns dias percebemos que era muito desconforto ir para a cidade de carrocinha para levar o filho mais velho para a escola e ir à missa aos domingos. A carrocinha foi trocada por uma charrete, e isso foi um avanço, pois a charrete tinha um toldo de cobertura. O Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos-MOBRAL tinha sido implantado, e o meu esposo foi dar aula à noite e eu iniciei um cursinho para o vestibular e íamos de charrete. Os meninos ficavam à noite com um rapaz que morava na vizinhança, que tinha sérios problemas de visão, sendo quase cego. Ele tocava violão e chegando às 18h, iniciava os seus acordes. Os meninos já estavam na cama e retornávamos depois das 22h e o violeiro ia embora. Uma noite, indo para a cidade, de charrete, eu ia com uma lanterna,

como todas as noites, dando sinal de luz, porque por vezes cruzávamos com carros, jipes, caminhões, quando vimos um jipe Toyota vindo na contramão e já bem perto não desviou da charrete e nos pegou de frente e nos empurrou, cavalo e charrete por vários metros, até parar. O motorista embriagado disse que pensou que era um índio e que quando chegasse bem perto o índio pularia no barranco. Eu pensava nos filhos, na possibilidade de termos morrido, estando nossa família há quase dois mil km de distância, em um tempo de comunicação precária. Não sei como voltamos para a chácara e o que foi acertado com o motorista bêbado. Passados uns dias tínhamos outra charrete e retornamos a rotina. Na colisão e quem sabe pelo susto, comecei a apresentar sintomas de grande fraqueza e no Hospital da Missão Caiuá, sem um exame mais apurado, diagnosticaram-me com hepatite e solicitaram que eu não voltasse mais lá para consultar, por medo de contágio aos pacientes lá internados. Em consulta com médico na cidade, foi constatado que era leucemia, em estado avançado, e tinham que ser iniciadas as transfusões de sangue. O médico alertou-nos da gravidade e da possibilidade de morte.

Não fiquei intimidada, e chegando em casa fiz um pequeno altar, e conversando com Deus disse que não ia morrer enquanto meus filhos não tivessem em segurança, e que a velinha que acendi seria mantida acesa a qualquer custo. A vida seguia, e de 15 em 15 dias perdia todo sangue e precisava de transfusão, e como conhecíamos vários indígenas doadores de sangue, recebi muitos litros de sangue deles, o que me tornou irmã de sangue deles. Os filhos, acostumados com conforto material, o carinho e cuidado de avós, tios e amigos, logo perceberam a precariedade do local. Estávamos em um lugar que não tinha água de torneira, só de poço, o sanitário era uma fossa e hoje eu me lembro que estava localizada em terreno acima do poço, na mesma direção e poucos metros de distância um do outro, não havia chuveiro, a luz era de lamparina com fumaça preta e pegajosa, a terra vermelha de primeira qualidade para agricultura, viscosa e quando molhada de chuva tinha uma aderência maldosa nas solas dos sapatos e um dia uma Sra. da Missão disse-me que a mesma era conhecida como chora paulista. Nesse turbilhão de mudança de vida e meu estado de saúde, sempre havia momentos para contar aos meninos histórias, às vezes fossem as tradicionais, outras vezes as que tinham





que ser inventadas e adaptadas. Ao nosso redor, a mata fechada, uma floresta que era ótima para a história de Joãozinho e Maria que fizeram um caminho de migalhas de pão para marcar o caminho enquanto fugiam da bruxa e que os passarinhos os seguiam e iam comento as migalhas e para justificar a carência de conforto ao nosso redor, contávamos histórias de índios e os destaques eram para os Chavantes que tinham grande estatura e estavam sempre com arco e flecha nas mãos, como se estivessem prontos para sair para caçar.

Andar de charrete, ver muitos animais selvagens livres pela natureza era um atrativo, e apesar da gravidade do momento que passávamos, dizíamos a eles que quando fôssemos visitar os parentes eles teriam muitas coisas para contar para os primos que nunca tinham visto índios, andado de carrocinha e charrete.

No tempo que lá ficamos não houve mais questionamentos. Nesse turbilhão de acontecimentos, em Campo Grande, Mato Grosso, acontece a implantação do Curso de Medicina Veterinária, e meu esposo fez o vestibular e foi aprovado. Deixamos a chácara e nos mudamos para Campo Grande e logo que chegamos houve vestibular na Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciência e Letras e prestando vestibular para pedagogia fui aprovada. Porém, a doença também me acompanhou e alguns médicos afirmavam ser mesmo leucemia. Até que um professor do Curso de Veterinária, sabendo do meu caso, disse para o meu esposo que fossemos no indigente da Santa Casa e que fariam uma avaliação do caso. Eu continuava de 15 em 15 dias indo no setor de indigente da Santa Casa para tomar sangue. Um dia, um médico me disse que tinha conseguido com as irmãs de caridade, responsáveis pela administração, que eu tomasse sangue na casa delas e assim foi durante alguns meses até que o médico diagnosticou que meu baço estava comprometido e que a doença não era leucemia e sim anemia hemolítica e que seria necessário a retirada do baço. Eu, meu marido e filhos, estávamos cada qual em seus respectivos cursos e eu disse: a cirurgia será nas férias para não comprometer nossas aulas e assim foi. O médico que constatou o motivo da minha doença, realizou a cirurgia, a vida seguiu e nos estabelecemos.

Antes de concluir a Graduação, fui contratada para dar aula no ensino primário e assim iniciei a minha atuação na Educação Formal. Na minha vida

profissional e após décadas atuando na educação, fui Supervisora de Escolas da zona rural, Diretora da Escola Perpétuo Socorro, Coordenadora Educacional do Colégio Dom Bosco, e sempre zelei em ter uma postura profissional proativa, mesmo nos momentos mais difíceis.

Meu primeiro contato com relação à Educação Escolar Indígena deu-se no ano de 1992, quando, estando eu como Chefe da Inspeção da Divisão Escolar da Semed, não sei precisar o dia e mês, adentrou na minha sala um senhor que disse que queria falar comigo. Pensei que fosse falar de documentação escolar e perguntei no que eu poderia atendê-lo. Ele disse que queria falar de educação para os indígenas. Eu disse-lhe que o assunto era no Departamento Pedagógico e que eu o acompanharia até a sala da coordenação para as devidas orientações. Ele disse: O que precisamos é com a Senhora. Fiquei admirada e curiosa para saber o que ele queria e como eu responsável pela legislação escolar do Município poderia atendê-lo. Solicitei então que dissesse no que eu poderia ajudá-lo. Ele, para o meu espanto, disse que queria para os indígenas um curso de Magistério para atender os professores leigos que atuavam nas aldeias, oferecido pela Associação de Educação Católica de Mato Grosso do Sul - AEC/MS e que ele sabia que eu era a responsável pela Entidade. Apresentou-se como índio terena e que se chamava Domingos Veríssimo Marcos. Fui pega de surpresa e para não o deixar sem resposta falei que não tínhamos espaço físico e docentes para oferecer o curso. Ele insistiu na solicitação e perguntei se havia algum trabalho iniciado e ele disse que não. Não sabendo o que dizer a ele solicitei que trouxesse por escrito quantos alunos e de quais aldeias. Ele, com essa solicitação, despediu-se dizendo que retornaria. Passaram-se alguns meses e numa manhã aparece o senhor na minha sala com uma folha de papel com a relação de uns trinta nomes e de quais aldeias eram. Diante da solicitação atendida sugeri que nos reuníssemos em outro local, considerando que ali era meu local de trabalho e na AEC/MS era que eu exercia o meu trabalho voluntário, nos fins de semana, feriados e à noite.

Na reunião deviam estar outros interessados, e a reunião foi marcada para ser no Conselho Estadual dos Direitos do Índio - Cedin/MS. Em um sábado de manhã fomos para a reunião em companhia do Irmão Marista Verno José Augusto Weiss – Vice-Presidente da AEC/MS, e lá estavam o Sr. Eduardo, Presidente do Cedin/MS, o Sr. Osmar, funcionário da



Fundação Nacional do Índio-Funai e algumas pessoas indígenas e não indígenas que participavam como Conselheiros. Dessa primeira reunião utópica surgiu uma epopeia que no seu desenrolar tinha tudo para não dar certo. Iniciamos fazendo contato com a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, considerando que os Salesianos já tinham atividades com os indígenas, e o Reitor na ocasião, mostrou-se empenhado em nos apoiar, e no decorrer assinou com a AEC/MS um Convênio que atendeu a primeira Turma de alunos do Magistério. O Reitor foi transferido e o Convênio foi cancelado, o que nos obrigou que através dos Irmãos Maristas houvesse um entendimento com a Universidade Católica de Pelotas/RS para que nos desse o suporte didático pedagógico exigido pelo MEC. Não citaremos nomes de pessoas que se ombrearam conosco para que a utopia tornasse realidade, mesmo tendo em todo o processo razões que indicassem que os objetivos não seriam alcançados. Hoje, aproximadamente 30 anos passados e revendo documentos e registros e analisando toda caminhada, ficamos conjeturando de onde vinha à determinação de que os professores indígenas seriam habilitados para o Magistério do Ensino Fundamental com sucesso. "Ou era pela nossa crença de que a cada obstáculo tínhamos a certeza de que "Deus Proverá" ou era pelas "Orações dos Pastores Evangélicos" e ainda, pelo "Rodar das Maracas" nas aldeias em noite de lua cheia." Entre inúmeros nomes que por justiça deveríamos citar não só como precursores da caminhada homérica em defesa de uma educação formal de boa qualidade para as etnias indígenas do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, pedimos aos que não foram citados aqui nesta introdução que entendam que seus nomes estão grandemente destacados em toda documentação do que foi o caminhar do processo para a Implantação do Curso de Formação e Habilitação Bilingue, Intercultural de Professores de 1ª a 4ª Série do 1º Grau para o contexto Indígena e todo acervo será encaminhado para a UFMS que o colocará à disposição para todos os que quiserem ou precisarem ou tiverem interesse em pesquisar. Destacamos a pessoa do Sr. Domingos Veríssimo Marcos que certamente passou por bom tempo pensando como iria solicitar que a AEC/MS oferecesse o Curso de Magistério para os professores indígenas. Ele era um estudioso da legislação indígena, conhecia o Tratado da Organização Internacio-





nal do Trabalho-OIT, que é uma Agência Multilateral da Organização das Nações Unidas, era um estudioso da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, e da Lei de Diretrizes e Base da Educação, e sabia que pelas leis, havia a garantia de que a educação formal de qualidade fosse oferecida as etnias indígenas. Sr. Domingos era um visionário e sabia que o seu sonho era muito difícil de ser alcançado e mesmo assim estava determinado a lutar pelo seu ideal e foi em busca de parceiros. Eu soube depois de muito tempo por relato dele, que quando eu solicitei a relação dos alunos para iniciar os entendimentos, ele foi para as aldeias falar com os senhores caciques e lideranças e a maior dificuldade que tinha era de que nas reuniões os maiores questionamentos tinham como objetivo saber se em sendo oferecido pela AEC/MS, se os alunos teriam catequese católica e ele dizia que não. Foram meses de reuniões para convencê-los que o ensino seria laico. Esse mesmo questionamento foi feito a mim pelo Administrador da Funai/ADRCG/MS, quando da nossa primeira reunião para tratar dos encaminhamentos do Projeto do Magistério Indígena. O curioso é que Sr. Domingos afirmava para as lideranças que o Curso seria laico, sem, contudo, ter me perguntado se seria. Quando perguntou, após muitos meses, eu disse que a fé e crença dos alunos seriam respeitadas.

Que a AEC/MS e sua Diretoria era Católica, mas o ensino era laico e que todos os cristãos eram bem-vindos. o Sr. Domingos era da Aldeia Lagoinha e tinha sido Cacique quando do Regime Militar. Na ocasião, por informação verbal que nos foi passada, é que militares visitando as Aldeias e sendo os senhores caciques respeitados e tendo autoridade frente à comunidade, com posição de destaque no exercício de suas funções e que equivaleria a patente de Capitão do Exército, seu Domingos extraoficialmente recebeu o cognome de Capitão. Levou um bom tempo para eu entender que ele não tinha servido o Exército e que na verdade ele tinha sido Cacique. O Senhor Domingos participava ativamente de movimentos políticos e sociais que pudesse trazer alguma contribuição às etnias indígena independente de que fosse terena. Ele foi um dos fundadores do Movimento de reivindicações de atendimento das necessidades dos povos indígenas e participou ativamente da Criação da União das Nações Indígenas-UNI e foi como membro da Diretoria representar na Organização das Nações Unidas-ONU, as reivindicações dos



povos indígenas, e discursou na ONU em terena. Sem a tenacidade do Sr. Domingos e de seus pares, o Curso de Magistério Indígena não teria sido implantado e concluído. Senhor Eduardo Barbosa Pereira, Presidente do Conselho dos Direitos do Índio – Cedin/MS e companheiro de luta pela causa de seu povo, ao lado do Sr. Domingos, não tinha dia ou horário para as reuniões que por muitas vezes eram realizadas no Cedin ou onde fosse determinado. Era um batalhador incansável e onde fosse necessário ter uma voz em defesa da Causa Indígena, lá estava Sr. Eduardo. O Cedin era uma instância que congregava representante de órgãos de governo ou de representatividade civil. Havia reuniões semanais com a presença dos Conselheiros, para os mais variados assuntos e necessidades e com o início dos entendimentos para a implantação do Curso de Magistério Indígena, as reuniões no Cedin eram constantes e os assuntos tratados ficavam registrados nos Livros de Atas. Não sabemos se nas várias mudanças de espaço físico, se os livros estão em arquivo ou se perderam. O Sr. Eduardo era um guerreiro e não se intimidava com os nãos e com o desinteresse evidente pelas causas indígenas. Ele ia aos órgãos públicos como Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, Delegacia do MEC, Secretaria Estadual de Justiça, Secretaria Estadual de Assistência Social, Subsecretaria de Assuntos Indígenas que na ocasião, a Secretária era a Professora Edna de Souza, filha do líder Marçal de Souza, Defensoria Pública, Gabinete do Prefeito, Câmara Municipal e outros, em busca de apoio as causas indígenas. Para a implantação do Curso de Magistério para os Indígenas todas essas repartições nos receberam por várias vezes e nos ouviam e recebiam as nossas reivindicações para quase sempre colocá-las nas gavetas. Conosco estava o Sr. Osmar Vicente de Souza Coelho, funcionário da Funai, e que em qualquer dia e horário em que se fizesse necessário estava para nos apoiar. Ele sabia o que representava a oportunidade que seus patrícios estavam em busca para o avanço da educação formal nas escolas das aldeias. Com o Sr. Osmar fomos por dezenas de vezes nas aldeias e íamos à busca de apoio dos caciques e chefes de Postos Indígenas, para a realização do Curso. Por entender que através da educação formal de qualidade o indígena alcança o seu espaço na sociedade do não índio, Sr. Osmar possibilitou ao seu casal de filhos uma educação de qualidade e a filha graduou-se em Odontologia e o filho graduou-se em

Medicina, estudando em universidade longe da família e tendo que se adaptar a uma vida completamente diversa da que tinha enquanto vivendo com sua família bem constituída e de valores impregnados de responsabilidade, respeito e de postura cívica. O menino índio criado e protegido em família enfrentou um mundo adverso superando barreiras e graduando-se em Medicina. Na verdade, Sr. Domingos, Sr. Eduardo, Sr. Osmar e eu podíamos ser considerados como os "Três Mosqueteiros Tupiniquins", em plágio a obra de Alexandre Dumas, cujo lema era: "Um por três e três por um". A cada obstáculo, a cada não, a cada solicitação indevida de documentação solicitada pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação do Estado - SED/MS, Conselho de Educação/MS, nos motivava para busca de outros caminhos. Não queremos ser injustos com um número expressivo de pessoas que nos apoiaram e estavam sempre conosco e se lhes faltasse à condição de nos auxiliar tomando decisões para atender nossas reivindicações e necessidades, estavam ao nosso lado nos dando apoio moral e nos incentivando para não desistirmos da luta que era justa e necessária. Esses Senhores, com suas presenças, empenho, determinação e o justo interesse de possibilitar aos professores indígenas das aldeias o direito de competir com o professor não índio, nos motivou e contribuiu para que com eles e não em nome deles enfrentássemos uma luta desigual e desmedida de interesses ou desinteresse de grupos e pessoas, que por vaidade, interesse individual de promoção ou para comprovar poder de decisão, por desconhecimento dos direitos das etnias, por considerarem donos da verdade e do conhecimento da educação formal e cultural dos atendidos, determinando que para preservar a cultura e costumes os mesmos vivessem isolados, como se tal fosse possível, considerando a galopante inserção do não índio nas aldeias e vice-versa, e o mais impactante, por maldade, que mesmo entendendo que para a grande maioria dos indígenas que vivem em locais isolados, nada justifica que eles não recebam todos os benefícios de um cidadão brasileiro. A única justificativa é de que o isolamento e a falta de apoio e oportunidades para as etnias indígenas que os vêm mantendo em uma redoma quebrada e poluída é que são uma fonte inesgotável para projetos em todas as áreas seja cultural, de educação, saúde, de produção ou da falta de produção na agricultura e pecuária e na possibilidade de se tornarem autossuficientes, a mina deixará de produzir miséria, suicídios, alcoolismo entre outras mazelas.



O Governo Brasileiro tem uma dívida histórica para com as et-



nias indígenas, seja por omissão em conhecer as reais necessidades desses povos e deixá-los a mercê de ONGs e outras entidades e organizações que por interesses individuais e de grupos, por séculos exploram as mazelas em que vivem para que resultem em teses para mestrado, doutorado, pesquisas e projetos dos mais variados e que na quase totalidade, não há retorno satisfatório para as aldeias. Existe, na verdade, algumas pessoas que consideram romanticamente que os índios precisam viver isolados para que não haja interferência nos seus costumes, modo de vida e cultura, como se fosse possível mantê-lo em uma redoma, sendo que ao seu redor circula o não índio, visto que, em muitos casos, as cidades estão entrando dentro das aldeias. A redoma é na verdade para cercear as oportunidades para que exerçam a sua plena cidadania. Tal premissa não foi verdadeira nem quando o Marechal da Paz, Candido Mariano da Silva Rondon, filho de uma índia, após ter contato direto com várias etnias e perceber que muitas famílias indígenas viviam como que escravizadas em fazendas, demarcou terras próximas de cidades e estabeleceu que fosse garantido a esses que mantivessem seus costumes e cultura, mas, não estabeleceu que vivessem isolados e que não houvesse a possibilidade da inserção destes na sociedade envolvente.

Contra tudo e contra todos, o Curso de Magistério Intercultural e Bilíngue para as etnias indígenas foi oferecido e abriu novos horizontes para a Educação Formal nas aldeias. Enquanto batalhávamos para manter a Curso de Magistério Indígena, em Campo Grande, iniciamos entendimento para estendê-lo para a Região Sul, aos Guarani e Kaiowá. Foram inúmeras reuniões com lideranças indígenas, entidades, universidades e pessoas interessadas de que houvesse a implantação. A luta era mais desigual e agressiva do que tínhamos travado enfrentado na implantação do Magistério Indígena, em Campo Grande.

Grupos fortes e com interesses escusos nos impediam de avançar e semeavam discórdia informando aos líderes e professores que o Curso oferecido pela AEC/MS não era reconhecido e não era seguro e não tínhamos líderes indígenas que viessem ombrear conosco para superar as dificuldades. O fator da distância das aldeias do Sul era limitante, e na SED/MS havia uma política

maléfica para nos impedir o deslocamento. Pelejamos com armas desiguais até que recebi uma carta da Cúria Diocesana Kaiowá, pois estávamos atrapalhando um trabalho que havia com as etnias há mais de 20 anos. Em 20 anos de trabalho, seguramente seria o suficiente para habilitar todos os professores das aldeias, entre outros benefícios os quais nunca receberam a não ser: "não saiam da redoma, vocês são muitos preciosos enquanto nos renderem projetos e pesquisas" Quando iniciamos nossas atividades com as etnias da Região Sul constatamos que não havia professores indígenas habilitados para o magistério. Havia os professores com o ensino do 1º grau completo, podemos citar o Município de Amambai, grande parte sem completar o 1º Grau e número expressivo que não tinham concluído da 1ª a 4ª série do 1º Grau, tendo um professor que havia cursado até a 2ª série primária, hoje ensino fundamental. Não havia escolas indígenas nos municípios, eram extensões de escolas do não índio. O espaço físico das escolas, na maioria das vezes era bem precário.

Não nos foi possível dar continuidade para a implantação do magistério indígena, considerando que a vaidade e a maldade humana nos impediram de trabalhar na educação na Região Sul do Estado. Os registros do que relatamos irá para o acervo da UFMS e estará disponível para consulta. Jogos Abertos Indígenas – a primeira edição dos jogos foi idealizada enquanto eu era funcionária da Fundesporte, e por estar oferecendo pela AEC/MS o Curso de Magistério Indígena levamos a ideia ao Presidente da Fundesporte, que nos deu o seu aval e iniciamos entendimentos com as lideranças indígenas do Estado/MS. O que nos deu suporte e ousadia para tal iniciativa foi termos conhecido o Professor Jairo R. P. Bamberg, Coordenador Geral de Desporto, com identidade Cultural da Secretaria de Desportos do MEC, que esteve em Campo Grande a convite do Presidente do Conselho do Negro para tratar de um campeonato de Capoeira, no ano de 1993. Participando de uma reunião apresentei a ele a possibilidade dos Jogos Abertos Indígenas e a partir daí, iniciamos oficialmente os entendimentos para a realização. Estando o Projeto pronto fomos apresentá-lo na Coordenadoria Geral de Desportos com Identidade Cultural (Codic), da Secretaria de Desportos do Ministério de Educação e do Desporto, no dia 4 de outubro de 1994.



Projeto Cultural Hoga Pissy – no ano de 1995, em companhia do Sr. Eduardo Pereira Barbosa e do Engenheiro Marcos Sodré, visitamos casas de rezas da região sul do estado para conhecer as características próprias de construção de Oca para que pudéssemos construir uma Oca em Campo Grande/MS para divulgação da cultura indígena com destaque para as etnias Guarani Kaiowá. Através da minha consultoria e assessoria, foi elaborado um projeto para a construção da Oca e o projeto encaminhado para a Organização Internacional Fafo, com sede na Noruega, que prontamente atendeu a nossa solicitação. Infelizmente, na implantação desse projeto sofremos muitas interferências de pessoas e organizações não governamental que se opunham a construção da Oca, alegando que haveria desrespeito a cultura indígena. A Oca foi construída e após alguns anos foi incendiada por um grupo de vândalos.

Depoimento



Agradeço a Deus pela vida de nossa Professora Marilena Barreto, que tem colaborado com a formação de professores indígenas na educação de nosso povo Terena. Sempre esteve apoiando e incentivando na carreira pedagógica em nosso povo. Pelo qual eu pude participar dessa formação que me ajudou a ser uma profissional orientadora; uma profissional que está muito satisfeita, com resultados positivos em minha carreira que escolhi de coração, que estou no aprendizado do cotidiano do magistério e pedagógico.

Eu, Regina Miguel, ex-aluna do Curso de Magistério, estou muito orgulhosa e satisfeita com o empenho de nos ajudar profissionalmente.

Regina Miguel

Ex-aluna

Depoimento



Um bom professor deixa em cada um dos seus alunos uma marca indestrutível, um pedacinho do seu "eu", da sua sabedoria, que muitas vezes não se consegue rastrear até ele, mas que está lá e cresce e evoluí com cada um dos alunos.

A você, uma maravilhosa profissional e pessoa que és e sempre foi, a sua infinita paciência, ao seu carisma, a sua sabedoria. Muito obrigada. Essa é a minha eterna gratidão pela sua dedicação e por muitas horas de disposição a estar conosco passando seus conhecimentos.

Obrigada por tudo, receba meu eterno carinho e gratidão.

Adriana Miguel da Silva

Ex-aluna

Depoimento



Recebo com extrema alegria a notícia da outorga no próximo dia 5 de dezembro do título de Doutor **Honoris Causa** à nobre Professora Marilena Dias Barretos dos Reis. A sua valorosa trajetória em prol da cultura e da educação em nível nacional, e em especial no seu querido Mato Grosso do Sul, participando de atividades diversificadas nesses vastos ambientes de conhecimento, por especial exemplo na educação das comunidades indígenas, dos povos indígenas, dos povos originais de diversos segmentos étnicos.

Dentre outras coisas, o Brasil lhe deve a iniciativa da realização do primeiro Curso de Magistério Intercultural e Bilíngue para Indígenas no Mato Grosso do Sul, que possibilitou avanço na educação formal nas aldeias. Se hoje o projeto de Educação Indígena está implantado e consolidado no Câmpus de Aquidauana, foi decorrência do Curso oferecido inicialmente pela AEC/MS.

Além disso, os seus excelentes exemplos de participação tanto na contribuição para a pesquisa quanto na participação da organização dos primeiros Jogos Desportivos com Identidade Cultural Indígenas, com sede em Campo Grande. Ela proveu toda a base institucional e pessoal atuante tanto no tocante à participação dos povos indígenas nos jogos abertos educacionais quanto no primeiro encontro de pesquisadores de desportos com identidade cultural em Brasília, reunindo pesquisadores de todo o país para tratarem desse tema tão importante e inaugural que deu base para o citado primeiro evento voltado para essas habilidades típicas dos povos originais, com repertório rico, diversificado, e a motivar todos os demais que se seguiram por todo o Brasil, até os dias atuais.

Jairo R. P. Bamberg

Professor/Pesquisador aposentado MEC/MinC – ICCD – IKBD

Depoimento



Professora Marilene,

Quem a vê inicialmente não percebe do que esta pequena mulher é capaz. Nós a conhecemos quando fazíamos trabalho nas diferentes aldeias da nação Terena relacionadas ao alcoolismo e a diabetes, dois grandes problemas que afligem as nossas etnias. Havíamos feito um trabalho que mostrava a disparidade do alcoolismo e diabetes entre o povo terena e a população não índia. Em função desses trabalhos, fomos convidados para participar de uma grande reunião na cidade de Londrina, que era um polo muito conhecido de estudos da saúde indígena e na busca de formas de intervenção.

Estávamos muito orgulhosos, e como muitos neófitos achávamos que o nosso trabalho muito, falava pouco, mas quando falava nos fazia pensar, refletir sobre coisas aparentemente simples, mas que mudava o que havíamos pensado inicialmente e que nos parecia fora de dúvidas.

Da área da educação, depois de trabalhar por décadas na Secretaria de Educação, passou a pautar suas atividades na educação indígena não na alfabetização, como muitos poderiam pensar que seria o caminho natural, mas na educação em seu sentido mais amplo respeitando a cultura, sua forma de vida e na inserção destes povos na população não índia e sem perder as suas características.

Não se intitula "especialista", como um vício comum, na cultura Terena, ou na cultura Guarani ou na cultura Kadiweu ou na cultura Kaiowá, embo-

ra transite com desembaraço entre as diferentes culturas. Assim, nós nos surpreendíamos quando com tranquilidade "conversava" com as lideranças, com os professores, com os antropólogos, sempre com a contribuição necessária naquele momento.

Temos lembranças agradáveis das viagens, das suas discussões, das jornadas de trabalho no Centro Cultural São Francisco de Assis em Sidrolândia, que durante alguns anos sob a condução do saudoso Frei Alfredo Sganrzela, foi o nosso Centro de Discussões, e que ela e sua neta eram presença constantes. Também era interessante o seu contato com as Freiras Colombianas que tinham ações importantes na Aldeia do Bananal.

São muitas as ações desta dedicada Professora em prol do ser humano, independentemente de sua etnia. Para nós, qualquer menção honrosa, qualquer homenagem que possa a ela ser reconhecida, em nossa homenagem, é muito pouco.

Dr. Juberty Antônio de Souza

Médico psiquiatra

Títulos Concedidos pela UFMS

A **ENTREGA DO TÍTULO** de Doutor **Honoris Caus**a é um dos maiores reconhecimentos acadêmicos de uma instituição universitária, como objetivo de premiar as pessoas que serviram de exemplo para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Esse prêmio demonstra o valor e a grandeza de suas vidas.

As pessoas agraciadas pela UFMS, desde 1985, são de áreas diversas, que encarnam os valores mencionados. Com essas autoridades é possível aprender sempre, pois nutrem, com seu saber e bons exemplos. A todas elas, nossa admiração, nosso respeito e nosso agradecimento.

1. **JOSÉ MANOEL FONTANILLAS FRAGELLI** – pelos inúmeros relevantes serviços prestados ao Brasil, ao Estado de Mato Grosso do Sul e à UFMS. (Res. nº 29, Coun, de 28 de novembro de 1985)

2. **RAMEZ TEBET** – pela dedicação ao longo de sua viga pública ao Estado de Mato Grosso do Sul e ao Brasil. (Res. nº 13, Coun, de 20 de abril de 1988)

3. **WILSON MARTINS** – em reconhecimento pelos inúmeros e relevantes serviços presados à cultura brasileira. (Res. nº 26, Coun, de 23 de outubro de 2001)

4. **PEDRO PEDROSSIAN** – pela importância na história da educação de Mato Grosso do Sul, por meio de políticas educacionais efetivas nos vários níveis de ensino, e pela criação e implantação da UFMS. (Res. nº 27, Coun, de 23 de outubro de 2001)

5. **NEWTON DE OLIVEIRA CARVALHO** – pela relevante contribuição prestada à ciência na área de hidrossedimentologia. (Res. nº 8, Coun, de 16 de abril de 2002)

6. **ERNESTO SASSIDA** – pelo relevante trabalho junto à comunidade corumbaense, tendo como principal alvo a população pobre e carente do Bairro Cidade Dom Bosco, que ajudou a construir. (Res. 57, Coun, de 30 de agosto de 2004)

7. **DAISAKU IKEDA** – por divulgar os ideais de paz, cultura e educação para a humanidade, bem como a conscientização das pessoas em relação a questões fundamentais à vida – como Presidente da Sociedade de Criação de Valores Humanos – Soka Gakkai. (Res. nº 3, Coun, de 5 de fevereiro de 2007)

8. **MANOEL DE BARROS** – pelo relevante lugar que ocupa na construção da cultura, pelo reconhecimento de setenta anos de poesia, anos dedicados à literatura, objeto de estudo de muito membros da comunidade acadêmica da UFMS, da educação sul-mato-grossense, bem como na história da UFMS. (Res. nº 1, Coun, de 5 de fevereiro de 2007)

9. **UEZE ZAHRAN** – pelo lugar relevante que ocupa na história do Estado de Mato Grosso do Sul. (Res. nº 4, Coun, de 5 de fevereiro de 2007)

10. **MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA** – pelo lugar relevante que ocupa na construção da cultura e da educação sul-mato-grossense e pela excelência de sua trajetória na vida expoente do magistério, brilhante educadora e historiadora. (Res. nº 2, Coun, de 5 de fevereiro de 2007)

11. **MARCOS VINICIUS RODRIGUES** – pelos relevantes serviços prestados à cultura brasileira, como Ministro do Tribunal de Contas da União e Presidente da Academia Brasileira de Letras. (Res. nº 26, Coun, de 31 de março de 2008)

12. **IZULINA GOMES XAVIER** – pelos relevantes trabalhos junto à comunidade corumbaense nas áreas de letras, pintura, escultura e pelos serviços prestados à comunidade. (Res. nº 27, Coun, de 31 de março de 2008)

13. **LUIS INÁCIO LULA DA SILVA** –pelos relevantes serviços prestados à educação pública brasileira. (Res. nº 28, Coun, de 31 de março de 2008)

14. **FERNANDO HADDAD** – pelos relevantes serviços prestados à educação púbica brasileira, como Ministro de Estado da Educação. (Res. nº 29, Coun, de 31 de março de 2008)

15. **SILVIA VECELLIO** – pelo relevante trabalho humanitário desenvolvido à frente do Hospital São Julião, em Campo Grande-MS. (Res. nº 58, Coun, de 1º de julho de 2010)

16. **EMIDIO CANTIDIO DE OLIVEIRA FILHO** – pelos relevantes serviços prestados à pós-graduação da UFMS. (Res. nº 26, Coun, de 25 de abril de 2011)

17. **JORGE ALMEIDA GUIMARÃES** – pelos relevantes serviços prestados à pós-graduação da UFMS. (Res. nº 27, Coun, de 25 de abril de 2011)

18. **LEON POMER** – pela contribuição ao desenvolvimento das ciências humanas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como Historiador. (Res. nº 51, Coun, de 8 de outubro de 2012)

19. **ANA MARIA ARAÚJO FREIRE** – pelo conjunto de sua obra e relevância dos serviços prestados como divulgadora do pensamento do prof. Paulo Freire. (Res. 104, Coun, de 15 de dezembro de 2017)

20. **RUY DE ARAÚJO CALDAS** – por sua trajetória científica e de gestão para o desenvolvimento da ciências, tecnologia e inovação no Brasil, em especial para a região Centro-Oeste. (Res. 106, Coun, de 15 de dezembro de 2017)

21. **VALI JOANA POTT** – por sua contribuição à ciência, especialmente na área de botânica, assim como, enquanto cientista de renome nacional e internacional. (Res. 105, Coun, de 15 de dezembro de 2017)

22. **MARIO NETO BORGES** – por sua imensa relevância, contribuição e trajetória de professor, pesquisador e gestor público para a educação, ciência, tecnologia e inovação de Mato Grosso do Sul. (Res. 106, Coun, de 20 de setembro de 2018)

23. **MARÍA ESTHER MARTÍNEZ QUINTEIRO** – por sua imensa relevância, contribuição e trajetória de professora e pesquisadora na temática dos direitos humanos com reconhecimento internacional. (Res. 127, Coun, de 28 de dezembro de 2018)

24. **OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR** – por sua contribuição à ciência enquanto cientista de renome nacional e internacional, e à magnífica influência que tem exercido sobre a formação de grande número de cientistas de diversas áreas. (Res. 45, Coun, de 27 de março de 2019)

25. **ALMIR EDUARDO MELKE SATER** – por sua imensa contribuição à música nacional e regional. (Res. 63, Coun, de 7 de junho de 2019)

26. **JOSÉ ISAAC DE OLIVEIRA** – por sua contribuição às artes plásticas de Mato Grosso do Sul. (Res. 64, Coun, de 7 de junho de 2019)

27. **HUMBERTO AUGUSTO MIRANDA ESPÍNDOLA** – por sua contribuição e dedicação a produção artística, relevantes não somente para a formação como para a constituição da cultura sul-mato-grossense, com destaque no cenário internacional. (Res. 65, Coun, de 7 de junho de 2019)

28. **DETLEF HANS GERT WALDE** – por sua contribuição e importante participação como pesquisador no panorama mundial da pesquisa em geologia e paleontologia. (Res. 14, Coun, de 13 de março de 2020)

29. **ROBERTO LUIZ LEME KLABIN** – por sua contribuição de forma magistral nas articulações e diálogos envolvendo diferentes setores em prol da proteção dos patrimônios brasileiros e do desenvolvimento aliado à conservação da natureza. (Res. 15, Coun, de 13 de março de 2020)

30. **ELIZA EMILIA CESCO** – por sua contribuição para a história da educação e da educação especial do Estado de Mato Grosso do Sul. (Res. 47, Coun, de 30 de julho de 2020)

31. **JOSÉ MARINONI** – por sua dedicação à educação no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil, e contribuição no fortalecimento da Universidade Católica Dom Bosco. (Res. 212, Coun, de 1º de setembro de 2022)

32. **MARILENA DIAS BARRETO DOS REIS** – por sua contribuição à educação indígena regional e nacional no Estado de Mato Grosso do Sul. (Res. 208, Coun, de 1º de setembro de 2022)

33. **MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO** – por sua atuação em prol do desenvolvimento da educação no Estado de Mato Grosso do Sul. (Res. 209, Coun, de 1º de setembro de 2022)

34. **PEDRO MACHADO MASTROBUONO** – por sua contribuição na promoção e defesa do patrimônio artístico cultural no Brasil. (Res. 210, Coun, de 1º de setembro de 2022)

UFMS
A NOSSA UNIVERSIDADE

www.ufms.br /ufms.br @ufmsoficial

Educativa UFMS @ufms.br /school/ufms /tvufms